

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Processo Administrativo nº: 050/2026

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARACOL – PI

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade demonstrar a necessidade, conveniência, oportunidade e viabilidade técnica da contratação destinada à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Caracol – PI, em conformidade com a Proposta nº 13891398000126001 cadastrada junto ao Fundo Nacional de Saúde, financiada por meio de Emenda Parlamentar Federal, destinada ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde.

A contratação visa dotar as unidades de saúde municipais de equipamentos modernos, seguros e compatíveis com os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde, proporcionando melhores condições para a execução das atividades assistenciais desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais.

A proposta contempla equipamentos destinados ao Centro Municipal de Saúde e ao Centro Municipal 2 – Enfermeira Dona Emmi Hediger, ambos integrantes da Rede Municipal de Atenção Primária, contemplando ambientes clínicos, odontológicos, administrativos, salas de vacinação, salas de procedimentos, recepção, almoxarifado, copa, salas de atividades coletivas, esterilização, dentre outros ambientes essenciais ao adequado funcionamento das unidades.

O planejamento da contratação decorre da necessidade de aparelhamento da rede municipal de saúde, considerando que parcela significativa dos equipamentos atualmente disponíveis se encontra desgastada em razão do tempo de utilização, apresenta limitações operacionais decorrentes da evolução tecnológica ou, ainda, mostra-se insuficiente diante da crescente demanda pelos serviços públicos de saúde.

Além da substituição de equipamentos obsoletos, a contratação permitirá a implantação de equipamentos inexistentes em determinados ambientes das unidades, possibilitando a ampliação da capacidade operacional das equipes da Estratégia Saúde da Família, melhoria das condições de trabalho dos profissionais e aumento da resolutividade dos atendimentos realizados na Atenção Primária.

A aquisição também representa importante investimento na infraestrutura permanente da rede municipal, possibilitando que os profissionais desenvolvam suas atividades utilizando equipamentos que atendam às normas técnicas vigentes, reduzindo

riscos assistenciais, aumentando a segurança dos pacientes e garantindo maior eficiência dos serviços públicos prestados.

A contratação está diretamente relacionada à execução das políticas públicas previstas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente aquelas disciplinadas pela Política Nacional de Atenção Básica, que estabelece a necessidade de estrutura física e tecnológica adequada para o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde.

Não se trata, portanto, de aquisição voltada ao aumento patrimonial da Administração, mas de investimento indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais, garantindo atendimento digno, eficiente, humanizado e seguro à população do Município de Caracol.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar observa as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 18, que estabelece a obrigatoriedade da fase de planejamento das contratações públicas.

O inciso XX do art. 6º da referida Lei define o Estudo Técnico Preliminar como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, destinado a caracterizar o interesse público envolvido, demonstrar a melhor solução para atendimento da necessidade administrativa e subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

Além da Lei nº 14.133/2021, o presente estudo observa:

- Constituição Federal, especialmente os arts. 37 e 196;
- Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde);
- Portarias e diretrizes do Ministério da Saúde relativas ao financiamento da Atenção Primária;
- Política Nacional de Atenção Básica (PNAB);
- Princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público, supremacia do interesse público e obtenção da proposta mais vantajosa.

O planejamento observa ainda os princípios da motivação, transparência, proporcionalidade, razoabilidade, eficiência administrativa e boa governança pública, buscando assegurar que os recursos públicos provenientes da Emenda Parlamentar sejam integralmente aplicados em benefício da população.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Caracol é responsável pela gestão das ações e serviços públicos de saúde no âmbito municipal, desenvolvendo atividades preventivas, assistenciais, educativas e de promoção da saúde por intermédio das Unidades Básicas de Saúde.

As UBS representam a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde, sendo responsáveis pelo atendimento contínuo da população, vacinação, consultas médicas, consultas de enfermagem, atendimento odontológico, pequenos procedimentos, ações coletivas, visitas domiciliares e acompanhamento das condições crônicas de saúde.

Para que tais serviços sejam executados com qualidade, torna-se imprescindível que as unidades disponham de equipamentos adequados, modernos, seguros e compatíveis com as normas técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Entretanto, levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde identificou a existência de equipamentos com elevado grau de desgaste decorrente do uso contínuo, mobiliário insuficiente para atender à demanda diária e inexistência de diversos equipamentos considerados essenciais ao funcionamento adequado dos ambientes assistenciais.

Tal situação compromete a eficiência dos atendimentos, aumenta o tempo de espera dos usuários, reduz a produtividade das equipes de saúde e dificulta a execução das políticas públicas voltadas à prevenção de doenças, promoção da saúde e assistência integral aos cidadãos.

Além disso, diversos equipamentos apresentam custos elevados de manutenção, indisponibilidade frequente para uso ou incompatibilidade tecnológica com os atuais protocolos clínicos, tornando economicamente mais vantajosa sua substituição por novos equipamentos.

A proposta cadastrada junto ao Fundo Nacional de Saúde contempla equipamentos médicos, hospitalares, odontológicos, mobiliário clínico, equipamentos administrativos, equipamentos de informática, climatização, conservação de imunobiológicos, esterilização, transporte das equipes e demais materiais permanentes destinados à estruturação das unidades assistenciais.

Destacam-se, entre outros:

- Câmara para Conservação de Imunobiológicos;
- Cadeira Odontológica Completa;
- Compressor Odontológico;
- Autoclaves;
- Bisturi Elétrico;
- Aspirador de Secreções;
- Laringoscópio;
- Mesas clínicas;
- Armários hospitalares;
- Equipamentos de informática;
- Tablets para utilização pelas equipes de saúde;
- Veículo destinado ao transporte das equipes da Atenção Primária;
- Equipamentos de climatização;

- Equipamentos destinados às salas de procedimentos, vacinação, esterilização, recepção, administração e consultórios.

A ausência desses equipamentos comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais, dificultaria a execução das ações de Atenção Primária e poderia ocasionar perda dos recursos federais disponibilizados para a estruturação da rede municipal de saúde.

Sob a ótica do interesse público, a contratação mostra-se plenamente necessária, proporcional e adequada, representando investimento permanente capaz de proporcionar benefícios duradouros à população, melhorar as condições de trabalho dos profissionais da saúde e ampliar a capacidade operacional das unidades municipais.

4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

A Secretaria Municipal de Saúde realizou levantamento técnico junto às Unidades Básicas de Saúde contempladas pela proposta de investimento, objetivando identificar as necessidades estruturais relacionadas aos equipamentos permanentes utilizados na prestação dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

O diagnóstico demonstrou que parte significativa dos equipamentos atualmente existentes apresenta elevado desgaste decorrente do uso contínuo ao longo dos anos, condição que reduz sua vida útil, aumenta os custos de manutenção corretiva e preventiva e compromete a eficiência dos atendimentos prestados à população. Além disso, constatou-se que diversos equipamentos se encontram tecnologicamente defasados em relação aos padrões atualmente recomendados pelo Ministério da Saúde, limitando a capacidade operacional das equipes multiprofissionais.

Também foi verificada a inexistência de equipamentos essenciais em determinados ambientes das unidades, situação que impede o pleno funcionamento de alguns serviços e restringe a ampliação das ações desenvolvidas pela Atenção Primária. Essa deficiência repercute diretamente na qualidade da assistência prestada, dificultando a execução de procedimentos clínicos, odontológicos, imunização, esterilização de materiais, pequenas intervenções ambulatoriais, ações educativas, atividades coletivas e atendimento administrativo.

No tocante ao mobiliário, observou-se que parte dos móveis utilizados apresenta desgaste físico decorrente do uso contínuo, afetando as condições ergonômicas de trabalho dos servidores e o conforto oferecido aos usuários do Sistema Único de Saúde. Da mesma forma, equipamentos de climatização insuficientes ou antigos comprometem a adequada conservação dos ambientes e influenciam diretamente no bem-estar de pacientes e profissionais.

No setor de imunização, a manutenção da cadeia de frio constitui requisito indispensável para a conservação dos imunobiológicos. Assim, a disponibilidade de câmara específica para conservação de vacinas representa medida essencial para

assegurar a qualidade dos produtos disponibilizados à população, evitando perdas decorrentes de variações de temperatura e garantindo o cumprimento das normas sanitárias estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Na área odontológica, o levantamento identificou a necessidade de modernização dos equipamentos utilizados, contemplando cadeira odontológica completa, compressor odontológico e demais equipamentos auxiliares indispensáveis ao funcionamento adequado dos consultórios, permitindo a ampliação da oferta de procedimentos e melhoria da qualidade dos atendimentos.

Os ambientes destinados aos procedimentos clínicos também demandam equipamentos específicos, tais como bisturi elétrico, aspirador de secreções, laringoscópio, balanças, suportes hospitalares, armários clínicos e mobiliário adequado, indispensáveis para garantir segurança ao paciente, melhores condições de trabalho às equipes e maior resolutividade dos atendimentos.

Além dos equipamentos assistenciais, verificou-se a necessidade de fortalecimento da infraestrutura administrativa mediante aquisição de equipamentos de informática, tablets, arquivos, mesas, armários e mobiliário administrativo, possibilitando maior eficiência na gestão das informações em saúde, alimentação dos sistemas oficiais do SUS e organização dos serviços administrativos.

Outro aspecto identificado refere-se à necessidade de disponibilização de veículo destinado ao deslocamento das equipes da Atenção Primária para realização de visitas domiciliares, acompanhamento de pacientes, ações extramuros, campanhas de vacinação e demais atividades desenvolvidas no território municipal, especialmente considerando as características geográficas do Município de Caracol e a necessidade de atendimento às comunidades rurais.

Dessa forma, o diagnóstico evidencia que a contratação não possui natureza meramente patrimonial, mas representa investimento indispensável para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos de saúde.

5. DEMONSTRAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação encontra plena justificativa no interesse público primário, uma vez que busca fortalecer a estrutura da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde, garantindo melhores condições de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde e proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos provenientes de transferência voluntária da União.

A saúde constitui direito fundamental assegurado pelos artigos 6º e 196 da Constituição Federal, competindo aos entes federativos organizar políticas públicas capazes de assegurar acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Nesse contexto, cabe ao Município estruturar adequadamente suas unidades de saúde, disponibilizando equipamentos compatíveis com a demanda assistencial existente, garantindo condições adequadas de trabalho aos profissionais e atendimento seguro, eficiente e humanizado aos usuários.

A aquisição ora pretendida permitirá ampliar a capacidade operacional das Unidades Básicas de Saúde, reduzir interrupções de atendimento ocasionadas pela indisponibilidade de equipamentos, melhorar a qualidade dos procedimentos realizados e proporcionar maior conforto aos pacientes.

Sob o aspecto administrativo, a contratação permitirá racionalização dos gastos públicos mediante redução das despesas com manutenção de equipamentos antigos, diminuição das paralisações decorrentes de defeitos frequentes e aumento da vida útil do patrimônio público.

Também representa importante medida de fortalecimento da Atenção Primária, considerada internacionalmente como o nível de atenção responsável pela resolução da maior parte das necessidades de saúde da população, reduzindo encaminhamentos desnecessários para serviços especializados e contribuindo para diminuição dos custos globais do sistema de saúde.

Além disso, a execução da contratação assegura a correta aplicação dos recursos provenientes da Emenda Parlamentar vinculada à proposta cadastrada junto ao Fundo Nacional de Saúde, evitando riscos de perda do financiamento federal e garantindo que os investimentos sejam revertidos diretamente em benefício da população.

Sob a perspectiva da gestão pública, a contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, planejamento, transparência, razoabilidade e supremacia do interesse público, previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Portanto, verifica-se inequívoca presença do interesse público na realização da contratação, uma vez que seus benefícios extrapolam a mera aquisição de bens permanentes, refletindo diretamente na melhoria da assistência prestada à população, no fortalecimento da Atenção Primária e na modernização da infraestrutura da rede municipal de saúde.

6. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

A presente contratação guarda compatibilidade com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Saúde, estando alinhada às ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, à modernização da infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde e ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde.

Considerando que a aquisição decorre de recursos oriundos de Emenda Parlamentar Federal formalmente cadastrada junto ao Fundo Nacional de Saúde, sua execução passou a integrar o planejamento administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, tornando-se prioridade para o exercício financeiro correspondente, em razão da necessidade de observância dos prazos de execução e prestação de contas estabelecidos pelo órgão concedente.

Caso o Município possua Plano de Contratações Anual formalmente instituído, a contratação deverá ser registrada em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021. Na hipótese de atualização superveniente do PCA, a presente aquisição deverá ser incorporada como contratação prioritária, em razão da origem vinculada dos recursos e do relevante interesse público envolvido.

A compatibilidade entre a contratação pretendida e os instrumentos de planejamento governamental evidencia a observância do princípio do planejamento, conferindo maior segurança jurídica ao procedimento licitatório e assegurando adequada gestão dos recursos públicos.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao aparelhamento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Caracol – PI, visando fortalecer a infraestrutura da Atenção Primária à Saúde, proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais e ampliar a qualidade dos serviços ofertados à população.

Os bens a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer utilização anterior, atendendo integralmente às especificações técnicas constantes da Proposta cadastrada junto ao Fundo Nacional de Saúde, do Termo de Referência e das normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes.

Todos os equipamentos deverão possuir fabricação em conformidade com a legislação brasileira aplicável, apresentando certificações, registros e homologações exigidas pelos respectivos órgãos reguladores, especialmente ANVISA, INMETRO, ABNT, Ministério da Saúde, DENATRAN, CONTRAN, ANATEL e demais entidades competentes, quando exigíveis em razão da natureza do equipamento.

A empresa contratada deverá fornecer equipamentos acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao seu pleno funcionamento, incluindo cabos, conexões, fontes de alimentação, baterias, suportes, componentes, softwares embarcados, manuais de operação em língua portuguesa e demais itens necessários à perfeita utilização.

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo de garantias superiores eventualmente oferecidas pelo fabricante.

Nos casos de equipamentos hospitalares, odontológicos, eletromédicos e de informática, a contratada deverá disponibilizar assistência técnica autorizada no território nacional, garantindo o fornecimento de peças de reposição durante a vida útil do equipamento.

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra avarias decorrentes do transporte, identificados quanto ao fabricante, modelo, número de série, data de fabricação e demais informações exigidas pela legislação vigente.

O transporte dos equipamentos será de inteira responsabilidade da contratada, incluindo frete, seguro, carga, descarga, movimentação interna, montagem, instalação e testes de funcionamento quando necessários, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Os equipamentos que demandarem instalação técnica deverão ser entregues em pleno funcionamento, acompanhados dos respectivos testes operacionais, configuração inicial e orientações básicas aos servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando a diversidade dos equipamentos contemplados, deverão ser observadas, dentre outras, as seguintes exigências específicas:

- equipamentos médicos e hospitalares deverão possuir registro ativo na ANVISA;
- equipamentos odontológicos deverão atender às normas sanitárias e de biossegurança;
- equipamentos de informática deverão possuir configuração mínima compatível com as especificações constantes da proposta aprovada;
- aparelhos de climatização deverão apresentar classificação de eficiência energética compatível com os padrões vigentes;
- veículo automotor deverá atender integralmente às especificações constantes da proposta do Ministério da Saúde, sendo entregue devidamente licenciado, emplacado em nome do Município, com todos os acessórios obrigatórios previstos na legislação de trânsito.

A contratada deverá substituir, no prazo estabelecido contratualmente, qualquer equipamento que apresente defeito de fabricação, avarias, divergências em relação às especificações técnicas ou qualquer desconformidade constatada pela fiscalização do contrato.

Os equipamentos deverão possuir vida útil compatível com os padrões normalmente aceitos para bens permanentes destinados aos serviços públicos de saúde, garantindo durabilidade, segurança operacional e facilidade de manutenção.

Por se tratar de aquisição destinada ao fortalecimento da Atenção Primária, não serão admitidos equipamentos reconicionados, remanufaturados, usados, provenientes de mostruário ou qualquer produto cuja condição não corresponda à de equipamento novo.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado capazes de atender às necessidades da Administração Pública.

Inicialmente verificou-se que existe ampla oferta de fabricantes e distribuidores especializados no fornecimento de equipamentos hospitalares, odontológicos, mobiliário clínico, equipamentos de informática, climatização, mobiliário administrativo e veículos destinados à área da saúde.

O mercado nacional apresenta elevado grau de competitividade, contando com fabricantes nacionais e internacionais, distribuidores autorizados e empresas especializadas na comercialização dos equipamentos constantes da proposta do Fundo Nacional de Saúde, circunstância que favorece a ampla participação de licitantes e contribui para obtenção da proposta mais vantajosa.

Durante o planejamento foram avaliadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Manutenção dos equipamentos atualmente existentes

A primeira hipótese analisada consistiu na manutenção corretiva dos equipamentos atualmente utilizados pelas unidades.

Entretanto, verificou-se que parte significativa dos equipamentos se encontra em avançado estado de desgaste, apresentando elevado custo de manutenção, indisponibilidade frequente e obsolescência tecnológica, tornando economicamente desvantajosa sua recuperação.

Além disso, diversos equipamentos sequer existem nas unidades beneficiadas, impossibilitando que essa alternativa atenda às necessidades identificadas.

Dessa forma, concluiu-se pela inviabilidade técnica e econômica dessa solução.

Alternativa 2 – Locação dos equipamentos

Também foi analisada a possibilidade de locação dos equipamentos.

Embora essa modalidade possa ser adequada para determinados equipamentos de alta complexidade, verificou-se que a quase totalidade dos bens previstos possui natureza patrimonial permanente, destinando-se ao aparelhamento definitivo das unidades de saúde.

A locação geraria despesas continuadas durante vários exercícios financeiros, tornando o custo global superior ao da aquisição definitiva, além de não atender às diretrizes estabelecidas pela proposta financiada pelo Ministério da Saúde.

Concluiu-se, portanto, pela inadequação dessa alternativa.

Alternativa 3 – Aquisição individual de cada equipamento

A Administração também avaliou a realização de diversas contratações independentes para cada grupo de equipamentos.

Essa hipótese implicaria aumento significativo dos custos administrativos, multiplicação dos procedimentos licitatórios, ampliação do número de contratos, maior complexidade na fiscalização e aumento do tempo necessário para conclusão do processo de aparelhamento das unidades.

Além disso, a fragmentação excessiva comprometeria a padronização dos equipamentos utilizados pelas unidades de saúde.

Alternativa 4 – Aquisição por procedimento licitatório único

Após análise técnica, verificou-se que a realização de um único procedimento licitatório constitui a alternativa mais eficiente.

Essa solução proporciona:

- maior competitividade;
- redução dos custos administrativos;
- padronização dos equipamentos;
- simplificação da fiscalização contratual;
- redução do prazo de aquisição;
- otimização logística de entrega;
- maior eficiência na execução dos recursos federais;
- maior segurança jurídica.

Por essas razões, essa foi considerada a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

9. ANÁLISE DAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Após a identificação da necessidade administrativa, procedeu-se à análise das soluções potencialmente capazes de atender ao interesse público.

A solução escolhida deveria atender simultaneamente aos seguintes critérios:

- adequação técnica às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;
- compatibilidade com as especificações aprovadas pelo Ministério da Saúde;
- economicidade;
- durabilidade;
- facilidade de manutenção;
- disponibilidade de assistência técnica;
- segurança operacional;
- conformidade sanitária;
- sustentabilidade;
- ampla competitividade.

A comparação entre as alternativas demonstrou que a aquisição definitiva dos equipamentos apresenta melhor relação custo-benefício ao longo de sua vida útil.

Além do menor custo global quando comparada à locação, a aquisição possibilita incorporação dos bens ao patrimônio público, permitindo utilização contínua por diversos exercícios financeiros.

Também foi considerada a necessidade de padronização dos equipamentos, fator que reduz custos futuros de manutenção, treinamento dos servidores e aquisição de peças de reposição.

Sob o aspecto operacional, a aquisição permitirá que todos os ambientes previstos na proposta recebam os equipamentos necessários simultaneamente, evitando interrupções dos serviços e garantindo que as unidades sejam estruturadas de forma uniforme.

Concluiu-se, portanto, que não existe solução alternativa capaz de proporcionar benefícios superiores aos obtidos mediante aquisição dos equipamentos previstos na proposta financiada pelo Fundo Nacional de Saúde.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Considerando os estudos realizados, conclui-se que a solução mais vantajosa consiste na realização de procedimento licitatório destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para aparelhamento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Caracol – PI, observando rigorosamente as especificações técnicas aprovadas na Proposta nº 13891398000126001 do Fundo Nacional de Saúde.

A solução contempla o fornecimento integral dos equipamentos, incluindo transporte, entrega, montagem, instalação quando necessária, testes de funcionamento, garantia e assistência técnica, permitindo que os bens sejam imediatamente incorporados às atividades desenvolvidas pelas unidades de saúde.

A aquisição abrangerá equipamentos destinados aos diversos ambientes das UBS, incluindo mobiliário clínico, equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares, informática, climatização, mobiliário administrativo, equipamentos de esterilização, equipamentos para conservação de imunobiológicos, instrumentos para procedimentos clínicos e veículo para transporte das equipes de saúde.

A solução adotada possibilitará:

- fortalecimento da Atenção Primária à Saúde;
- modernização da infraestrutura das unidades;
- melhoria da qualidade dos atendimentos;
- ampliação da capacidade operacional das equipes;
- redução dos custos de manutenção;
- aumento da vida útil do patrimônio público;
- maior segurança para pacientes e profissionais;
- atendimento às diretrizes do Ministério da Saúde;
- correta aplicação dos recursos oriundos da emenda parlamentar.

A contratação será processada na modalidade licitatória definida pela Administração, adotando-se o critério de julgamento que melhor assegure a obtenção da proposta mais vantajosa, observando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência, planejamento e desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Por fim, conclui-se que a solução selecionada apresenta plena viabilidade técnica, econômica e operacional, sendo a alternativa que melhor atende ao interesse público e às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a adequada estruturação das Unidades Básicas de Saúde e a melhoria dos serviços prestados à população do Município de Caracol/PI.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE